



AVALIAÇÃO EDUCACIONAL EM MANAUS - AM: O IDEB EM QUESTÃO

Educational evaluation in Manaus - AM: the IDEB concerned

Edilza Laray de Jesus¹

Vilma Terezinha de Araújo Lima²

Daniela Sulamita Almeida da Trindade³

Alana Pires de Oliveira⁴

Resumo: Esta pesquisa tem o objetivo de perscrutar os dados oficiais sobre a educação do município de Manaus confrontando-os com a realidade fática no ambiente escolar, utilizando-se de pesquisa bibliográfica e documental. Na busca por melhorias de condições de vida das populações, impulsionados, por vezes, pelas exigências de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas e o Banco Mundial, a educação é fator e condição para o desenvolvimento. No Brasil o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que mede os avanços no Ensino Fundamental e Médio, servem para compor os dados do Índice de Desenvolvimento Humano. Em Manaus, o Ideb motiva estatísticas comprobatórias do rendimento e posições em tabelas classificatórias na educação como objetivo a ser alcançado, deixado em segundo plano a melhoria do processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, o Ideb não expressa a realidade escolar e nem reflete, em seu delineamento, a realidade da aprendizagem.

Palavras-chave: Educação. IDEB. Manaus.

Abstract: This research had the objective of examining the official data on education in the city of Manaus, confronting them with the factual reality in the school environment, using bibliographical and documentary research. In the quest for improvements in the living conditions of populations, driven sometimes by the demands of international organizations such as the United Nations and the World Bank, education is a factor and condition for development. In Brazil, the Basic Education Development Index (IDEB), which measures progress in primary and secondary education, is used to compose the data of the Human Development Index. In Manaus, the IDEB motivates proving statistics of income and positions in classificatory tables in education as an objective to be achieved, leaving in the background the improvement of the teaching and learning process. In this sense, the IDEB does not express the school reality and does not reflect, in its outline, the reality of learning.

Keywords: Education. IDEB. Manaus.

Como citar este artigo: JESUS, E. L.; LIMA, V. T. A.; TRINDADE, S. S. A.; OLIVEIRA, A. P. Avaliação educacional em Manaus – AM: o IDEB em questão. *Areté – Revista Amazônica de Ensino de Ciências*, Manaus, v.10, n.21, p. 216–229, Número especial, 2017.

¹ Doutora em Educação. Professora da Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: edilzalaray@gmail.com

² Doutora em Geografia. Professora da Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: araujovilma@hotmail.com

³ Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia - PPGECA/UEA. Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: danielasat76@gmail.com

⁴ Bacharel em Turismo pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: alanapires20@gmail.com

Introdução

Na busca por melhorias de condições de vida das populações, impulsionados, por vezes, pelas exigências de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial, a educação é fator e condição para o desenvolvimento. Criado a partir de 1990, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mede as dimensões da longevidade, educação e renda. No Brasil, tais medições são complementadas pelo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) que mede os avanços no Ensino Fundamental e Médio.

Observando a realidade educacional do Estado do Amazonas, constata-se a escassa produção científica referente aos avanços ou retrocessos do ensino nesse Estado, salvo as que estão disponíveis nos sítios oficiais do governo federal. Esta pesquisa tem o objetivo de perscrutar os dados oficiais sobre a educação no município de Manaus confrontando-os com a realidade fática no ambiente escolar.

Segundo dados da Prefeitura de Manaus (2014), a capital do Estado desponta como principal centro financeiro e corporativo da Região Norte, é o sexto município que mais contribui para o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro com a participação de 1,29%, sendo também a sétima mais populosa do Brasil com 1.861,838 habitantes.

Com tais características geoeconômicas que a tornam muito diferente dos demais municípios do Estado, Manaus assumiu status de metrópole e, com o destaque que desempenha no cenário socioeconômico e político, há que se pensar na educação como componente fundamental para o pleno desenvolvimento de seus habitantes. Esta constatação, entretanto, permanece um projeto social a ser conquistado no Estado do Amazonas, uma vez que o Ideb motiva estatísticas comprobatórias do rendimento e posições em tabelas classificatórias na educação como objetivo a ser alcançado, deixado em segundo plano a melhoria do processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, o Ideb não expressa a realidade escolar e nem reflete, em seu delineamento, a realidade da aprendizagem.

Referencial teórico

A avaliação está relacionada à busca pela melhoria de serviços, processos, fenômenos, sistemas e pessoas, por meio de estudos sistemáticos e resultados valorativos. Processos de avaliação implicam, segundo Libâneo (2004, p. 37), “a coleta de dados (de informação), a análise e uma apreciação (juízo) valorativa em critérios prévios, tendo em vista a tomada de decisões para novas ações” No campo da educação, a menos de duas décadas a avaliação era trabalho do docente para acompanhar a aprendizagem dos alunos na sala de aula, e esta é uma dimensão. A outra, mais recente, diz respeito à avaliação da eficácia do ensino e da escola, quando a educação passa a ser vista como condição para o desenvolvimento econômico, como observa Libâneo:

Com a globalização da economia a acelerada evolução tecnológica as organizações financeiras atentaram para o planejamento de políticas educacionais dos países a fim de ajustá-las às exigências da produção, do consumo, dos mercados e da competitividade (2004, p. 237).

No Brasil, a criação do Sistema de Avaliação educacional se estabelece enquanto política pública concomitante a expansão de produtos e serviços viabilizados por meio do desenvolvimento tecnológico dos anos de 1980. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB n. 9.394/96, em seu Artigo 9º, inciso VI, cabe à União a responsabilidade pelo gerenciar a qualidade no ensino brasileiro, em colaboração com os demais sistemas de ensino. Textualmente a lei expressa: “é dever da União assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino” (BRASIL, 1996). Sobre esse Sistema, Castro (2006) considera uma das políticas que mais avançou no país, nos últimos 15 anos.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), conforme estabelece a Portaria nº 931, de 21 de março de 2005, é composto por dois processos: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc). A Aneb tem foco nas gestões dos sistemas educacionais e a Anresc, conhecida como Prova Brasil, tem como foco cada unidade escolar. O Ideb é calculado com base no aprendizado dos alunos em Português e Matemática (Prova Brasil) e no fluxo escolar (taxa de aprovação). A Aneb e a Prova Brasil servem de indicadores nacionais para se calcular, a partir dos dados sobre aprovação escolar obtidos no Censo Escolar, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

O Ideb é um indicador de qualidade da educação criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) com o “intuito de agregar ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas” (INEP, 2016).

De acordo com seus idealizadores o Ideb “combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb) – obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (antigo 4ª e 8ª séries / atual 5º e 9º ano do ensino fundamental e 3ª série/ano do ensino médio,) – com informações sobre rendimento escolar” (INEP-MEC, 2007, p. 1, apud COSTA ALMEIDA et al, 2016).

Por meio do Ideb duas importantes possibilidades são sinalizadas no cenário da educação brasileira: a mobilização da sociedade em favor da educação e também a condução de política pública em prol da qualidade da educação para que se atinja, por meio dessa ferramenta, as metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) para a educação básica, cujo índice atingiria, em 2022 a média 6,0 equiparando o Brasil à qualidade dos países desenvolvidos.

As duas variáveis – desempenho e fluxo - expressam em valores os resultados mais importantes da educação. A primeira diagnostica se o sistema de ensino retém seus alunos para obter resultados de melhor qualidade. Nesse caso o fator fluxo foi alterado. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema. O aproveitamento cognitivo está associado ao desempenho dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática, enquanto que o rendimento ao fluxo escolar, analisando o

tempo necessário para a conclusão da etapa de escolarização e o tempo de duração efetivamente despendido para concluí-la.

O Ideb também é importante por ser condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade do PDE para a educação básica e sua nota varia de zero a dez. O Plano de Desenvolvimento da Educação estabelece, como meta, que em 2022 o Ideb do Brasil seja 6,0 – média que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável a dos países desenvolvidos que fazem parte da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, a OCDE⁵ (Inep, 2016). Portanto, a nota 6 é considerada um patamar de excelência internacional, já atingida pelos países-membros da OCDE há mais de sete anos.

Faz-se mister registrar que a qualidade educacional dos sistemas de ensino é uma questão controversa. Ela se situa no conjunto das exigências de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial, que também mede, desde 1990, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e suas dimensões da longevidade, educação e renda. No Brasil, tais medições são complementadas pelo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) que mede os avanços no Ensino Fundamental e Médio.

Ao mesmo tempo que a avaliação é necessária como parte do processo pedagógico em sala de aula, é tema controverso quando se trata de avaliação do sistema de ensino porque pode ser tratada desde o ponto de vista didático até questões sociais e políticas que ultrapassam as instituições de ensino e tomam dimensões internacionais de relações de poder. Em síntese, ao Ideb é concedida atribuição de sumarizar a qualidade de ensino oferecida a partir desses dois fatores não parece viável, já que incapaz de refletir a realidade das instituições. Os autores apoiam-se em Soares (2011) para mostrar a correlação entre o Ideb e o nível socioeconômico do alunado e discordam que a escola pode superar toda a exclusão promovida pela sociedade:

[...] o Ideb tem alta correlação com o nível socioeconômico do alunado. Assim, ao atribuir a esse indicador o status de síntese da qualidade da educação, assume-se que a escola pode superar toda a exclusão promovida pela sociedade. Há uma farta literatura que mostra que isso é impossível. Todos os alunos têm direito de aprender, e os conhecimentos e habilidades especificados para educação básica devem ser os mesmos para todos. No entanto, obter este aprendizado em escolas que atendem alunos que trazem menos de suas famílias é muito mais difícil, fato que deve ser considerado quando se usa o indicador de aprendizagem para comparar escolas e identificar sucessos (SOARES, 2011, p. 1).

Uma das questões mais criticadas em relação ao Ideb é a predominância do horizonte técnico e econômico nas avaliações da educação enquanto política pública e a

⁵ O Inep fornece informações para projetos internacionais na área de educação dos quais o Brasil participa: o sistema UOE - Unesco/OCDE/Eurostat, que integram os indicadores internacionais produzidos pelos países da OCDE. Essas informações oferecem parâmetros comparativos de indicadores entre o Brasil e os países da OCDE (Inep 2015).

ausência de articulação com contextos socioculturais dos alunos, como observou Soares (op. cit.). Ao analisar a educação por esses prismas, tal índice pode ser traduzido como controle contábil sem a prioridade para a qualidade da educação e toda complexidade política, pedagógica e cultural, para citar algumas delas. Tem-se, assim, um instrumento de controle social e econômico para atender as reformas de mercado no sistema escolar.

A título de exemplo tem-se a rigidez quantitativa dos Estados Unidos e o estabelecimento de metas para manutenção do patamar educacional dos países da OCDE, do qual esse país é membro desde 1961, com reformas neoliberais que se iniciaram nos anos de 1980, fundadas em pressupostos ideológicos de mercado com agravamento da crise da educação pública. As políticas públicas educacionais passaram a adotar um caráter empresarial, seguido de reformas e de responsabilização baseada em dados, assumindo um papel de interferência nas escolas locais como nunca antes na história do federalismo americano.

De acordo com Ravitch⁶ (2011), o documento “Uma Nação em Risco” é um claro exemplo. O documento foi produzido a partir de críticas à fragilidade do currículo escolar norte-americano e incitativas de melhorias na educação, endossando a necessidade da reformulação do sistema educacional com base na testagem e responsabilização escolar como estratégias inovadoras e eficientes advindas dos princípios neoliberais.

Segundo a autora, após duas décadas de aplicação dos princípios das estratégias de mercado na educação, não se constatou nenhuma melhoria. Pelo contrário, os mecanismos de premiação com adicionais de salário aos professores pelo desempenho dos alunos em testes, levaram professores a desenvolver formas de burlar os resultados; os professores passaram a utilizar truques para seus alunos responderem a testagem com êxito e houve a redução do currículo para as habilidades básicas de leitura e matemática, associados a recompensa e punição por meio de avaliações.

No Brasil, a divulgação das avaliações do Ideb no segundo semestre de 2016 trouxe como consequência o aumento do processo de responsabilização pelos resultados, que elege professores e gestores pelo sucesso ou fracasso dos alunos. E, dependendo dos resultados, tem-se a criação de mecanismos de incentivos simbólicos ou monetários que vêm se acentuando cada vez mais na elaboração de programas e planos governamentais (VIDAL e VIEIRA, 2011 p. 424-425), que ajudaram no estabelecimento de uma política de prestação de contas e responsabilização - o sistema de *accountability*.

A prestação de contas se refere ao processo pelo qual os sujeitos informam e/ou exigem informações acerca do uso dos recursos – financeiros, humanos, materiais, etc. – para a obtenção de um determinado objetivo. A responsabilização está intimamente associada à prestação de contas, uma vez que ser responsável por um processo ou

⁶ A pesquisadora e doutora da Universidade de Nova Iorque Diane Ravitch (2011, p. 12), formuladora de políticas públicas no interior do aparelho de estado americano, na administração de Bush, declara ter sido atraída pela ideia de que o mercado traria inovação e maior eficiência para a educação através da competição escolar.

um resultado implica – sobretudo no setor público em uma sociedade democrática – em ter que prestar contas dos resultados e do uso dos recursos aplicados (VIDAL e VIEIRA, 2011 p. 425).

O pagamento de mérito e responsabilização brasileiro segue o modelo norte-americano. Segundo Ravich (2011), em 1991 o sistema de ensino nos Estados Unidos passou por mudanças administrativas e estruturais referente a escolha escolar e autonomia escolar. O emprego de tais mudanças, culminou com o julgamento dos professores e escolas por sua performance e, como medida punitiva, as escolas com falho desempenho seriam fechadas, em semelhança do que ocorre com o fechamento de uma filial que rende retornos satisfatórios no mundo empresarial.

Como ponto máximo de elaboração desse arquétipo de dominação característico da burocracia, adotando as ideias de Weber (2002), as escolas americanas e brasileiras revestem seus gestores de uma “autonomia superficial”, apenas de nomeação, já que continuam submetidas ao cumprimento das agendas de exames, regras e regulações que afetavam sua rotina diária de funcionamento, conforme as determinações, normas regimentais e em ordens vindas dos órgãos administrativos do sistema de ensino, que se fundamentam nas leis, decretos e resoluções.

A verticalidade dessas reformas no sistema escolar americano é semelhante às políticas voltadas para a universalização do ensino, implantadas no Brasil, por volta de 1990, com base na corrente educacional do neotecnismo, cuja meta depreendia a garantia de eficiência e produtividade por meio da avaliação dos resultados. Neste caso, a avaliação, como papel primordial do Estado, passa a intervir na criação das agências reguladoras, com a criação de sistemas nacionais de avaliação incumbidos de avaliar os alunos, as escolas, os professores e, a partir dos resultados obtidos, condicionar a distribuição de verbas e a alocação dos recursos conforme os critérios de eficiência e produtividade (SAVIANI, 2008).

Seguindo a lógica neoliberal da tendência internacional de criar sistemas nacionais de avaliação, o Brasil descortina um histórico de três tipos de avaliações externas; a avaliação amostral, que inclui a aplicação do SAEB em 1990 e não propõe nenhuma recompensa, sanção ou divulgação pública de resultados; a segunda fase com a divulgação pública dos resultados, ainda sem recompensas ou sanções materiais; a terceira fase: estabelecimento de sanções ou recompensas de acordo com o alcance das metas definidas.

A propósito, a criação do Ideb no Brasil, em 2007, que utiliza o critério de fluxo escolar e desempenho das avaliações externas para definir metas para unidades e sistemas escolares, é um claro demonstrativo dessa terceira fase. Libâneo, Oliveira e Toschi (2002) fazem crítica a essa ideia, ao declarar que a valorização da medição, impulsiona os alunos a estudarem para as avaliações externas, com interesse de conseguir nota e não em aprender.

No caso dos professores, a meritocracia, responsabilização e monitoramento da educação com as avaliações externas desmoralizam a categoria, dado que sua motivação para trabalhar se restringe ao desejo de ganhar mais dinheiro, quando, na verdade, sem descartar este motivador, o que mais move o professor é o próprio desenvolvimento do aluno, como corrobora Freitas (2013, p. 385).

Foucault contribui nesse sentido ao mencionar a existência de uma estrutura silenciosa, que mantém as práticas, os discursos, a experiência da percepção, bem como o sujeito de conhecimento e seus objetos por meio de técnicas arqueológicas⁷ de transformação dos saberes em dispositivos de relações de poder que, embora articulado com o aparelho de Estado, não pode ser absorvido por ele, mas atua de forma disciplinar.

Foucault (2001) esclarece que a disciplina distribui os indivíduos no espaço, estabelece mecanismos de controle da atividade, programa a evolução dos processos e articula coletivamente as atividades individuais, através dos recursos coercitivos como a vigilância, as sanções e os exames, características do poder disciplinar que marca a estrutura e o funcionamento de instituições, de modo particular, o sistema escolar.

Desse ponto, considerando-se as influências neoliberais e meritocráticas direcionadas ao sistema escolar, que alteraram a forma de avaliar tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, “a implantação de testes padronizados acompanha as tendências dessa pedagogia neotecnista, responsabilizando, meritocratizando, privatizando a educação gradativamente” (SAVIANI, 2008 apud SOUZA, 2014, p. 21).

Em suma, o sistema escolar brasileiro, assim como o americano, ambos marcados por um amplo e complexo conjunto de prescrições e realizações apresentam em suas políticas educacionais, a arte de punir e disciplinar, não como forma de expiação ou repressão, mas como medida de comparação, diferenciação, hierarquização, homogeneização e exclusão, para exercer o controle dos corpos e das mentes (FOUCAULT, 2001).

O exame está no centro dos processos que constituem o indivíduo como efeito e objeto de poder, como efeito e objeto de saber. É ele que, combinando vigilância hierárquica e sanção normalizadora, realiza as grandes funções disciplinares de repartição e classificação, de extração máxima das forças e do tempo, de acumulação genética contínua, de composição ótima das aptidões (FOUCAULT, 2001).

Destarte, ao reconhecer que diante de uma panaceia de ideias pautadas em previsões de resultados milagrosos, Ravicht (2011) denuncia que os EUA permanecem estagnados em avaliações nacionais (Naep) e internacionais (Pisa). O aumento de notas atende a demandas de mercado, por um lado e, por outro, tal aumento negligencia os valores públicos e a própria educação pública. Portanto, cabe às escolas ensinar que os estudantes respeitem a si aos outros por meio dos hábitos mentais que promovam a reflexão e a aprendizagem. No intuito de quantificar resultados, o mercado prossegue provocando o aborto de valores e vínculos tradicionais, compromete a moral, que é a base do consenso comunitário.

O panorama histórico de ranços no sistema público de ensino brasileiro, bem como no sistema americano, tem demonstrado que a obsessão em tornar nossas escolas como as empresas, pode ameaçar o exercício da democracia, autonomia e cidadania, convergindo “na destruição da educação pública” (RAVICHT, 2011, p. 248).

⁷ Técnica de distanciamento diante de todo o tipo de discurso e de saber, especialmente diante de seu próprio (FOUCAULT, 2001).

Procedimentos Metodológicos

Analisar o Ideb no município de Manaus remete-nos a uma visão conjuntural e de contexto da educação, a fim de elucidar desde o Sistema Nacional de Educação e os principais documentos normativos e instrutivos que estão em vigência, tais como a Constituição Federal⁸ em seu artigo 214, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (artigo 3), e o Plano Nacional de Educação. Implica também numa profunda revisão bibliográfica em teóricos da educação, como Líbano, Freire, Gadotti, Mészáros, Morin, entre outros.

Para a efetivação da pesquisa, inicialmente foi realizada na abordagem qualitativa, extensa revisão bibliográfica em busca de dados e bases teóricas substanciais, a fim de possibilitar o lapidar dos conhecimentos concernentes ao Ideb em Manaus. Foi realizada análise documental em sites do Ministério da Educação, do Inep, da Seduc e da Semed Manaus.

A breve revisão sobre estudos anteriores a respeito das avaliações educacionais nos ofereceram bases para entender o Ideb, especialmente na cidade de Manaus, por isso a escolha, como citada acima, da *abordagem quantitativa* para a pesquisa, tendo em vista que ela é a única modalidade “capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas” (MINAYO, 1994, p.10).

Manaus em contexto

Manaus é a capital do estado do Amazonas (Fig. 1), a maior da federação, com área territorial de 1.570.745.680 km² e contingente populacional aproximado de 2.094.391 de pessoas segundo o IBGE (2016). Com forte adensamento populacional é rica em atrativos naturais, responsáveis pelo número crescente de turistas e ecoturistas oriundos de todo o mundo. Seu patrimônio histórico e cultural está nos palácios, museus, teatro e bibliotecas.

Como cidade encravada na floresta amazônica às margens do Rio Negro, desde o período áureo da borracha em meados do século XIX e início do século XX, vive momentos de riqueza e ostentação com os barões da borracha associada ao ufanismo de políticos que na condição de gestores municipais e estaduais tentaram europeizá-la por meio da criação de espaços-enclaves como é o Teatro Amazonas e a Alfândega, para citar alguns.

⁸ Art. 214. A Lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades (BRASIL, 1998, p. 145).



Figura 1: Localização de Manaus
Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br>

Nos anos de 2014 e 2016 ganhou notoriedade brasileira e mundial por ser escolhida como uma das sedes da Copa e dos Jogos Olímpicos, respectivamente. Esta cidade conjuga atraso e modernidade, preservação e destruição ambiental, avanços e retrocessos materializando conflitos socioambientais e sociopolíticos.

Durante o regime militar recebeu injeção econômica por meio da Zona Franca de Manaus para polarizar o desenvolvimento para as regiões adjacentes consideradas como subdesenvolvidas. Se por um lado os ganhos econômicos projetam Manaus como o 6º PIB entre as capitais brasileiras devido ao Polo Industrial, por outro as condições de vida dos residentes nas zonas rurais e a falta de emprego em estados próximos ao Amazonas constituem fator de expulsão rumo à capital amazonense. Em decorrência dessa dinâmica, associada à falta de planejamento urbano e políticas públicas para dar conta desta realidade, são frequentes as ocupações nas margens dos igarapés e nas zonas periféricas.

Em relação a educação básica Manaus é atendida pela Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino (Seduc) e Secretaria Municipal de Educação (Semed). A Seduc foi criada no ano de 1946, por meio da Lei 1.596, de 05/01/1946, com denominação de Diretoria Geral do Departamento de Educação e Cultura. A nomenclatura sofreu três alterações pautadas em leis específicas para tal finalidade.

A Seduc é um órgão integrante da Administração Direta do Poder Executivo e tem como finalidades a formulação, a supervisão, a coordenação, a execução e a avaliação da Política Estadual de Educação; a execução da Educação Básica: ensino fundamental e médio e modalidades de ensino e; a assistência, orientação e acompanhamento das atividades dos estabelecimentos de ensino.

A Semed tem suas origens nos idos de 1970, quando o então governador do Estado, Danilo Duarte de Mattos Areosa, repassou para o município de Manaus, por meio de decreto, todos os professores das escolas isoladas as localidades de Ariaú, Catalão, Caldeirão, Cacau-Pirera, Iranduba, Colônia Antônio Aleixo, as estradas Manaus-

Caracarái (BR-174), na altura do quilômetro 32, e AM-010, ao longo do quilômetro 180, entre outras. Segundo a Lei Delegada N° 13, de 31 de julho de 2013, a Semed integra a Administração Direta do Poder Executivo para formular, supervisionar, coordenar e avaliar a Política Municipal de Educação, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; planejar, coordenar, controlar e executar atividades para prover os recursos necessários, métodos e profissionais a fim de oferecer à sociedade serviços educacionais de elevado padrão de qualidade, adequados às diversas faixas etárias e níveis – educação e; infantil e ensino fundamental –, garantindo dignidade e qualidade de vida aos cidadãos do Município.

Resultados e Discussão

Em relação ao Amazonas, Manaus tem, segundo o IBGE (2016), a maior concentração de professores, matrículas e escolas no Ensino Fundamental. São 18.458 professores, 490.335 alunos matriculados e 1.324 escolas, como se pode observar com detalhes para os seguimentos (Pré-escolar, Fundamental e Médio) nas tabelas (1, 2 e 3) abaixo:

Tabelas 1 (docentes), 2 (matrículas) e 3 (Escolas)

Docentes por nível			
Variável	Manaus	Amazonas	Brasil
Pré-escolar	3.995	48,21	3.079,06
Fundamental	12.413	346,26	15.495,21
Médio	2.050	93,50	5.697,34

Matrículas por nível			
Variável	Manaus	Amazonas	Brasil
Pré-escolar	54.788	1.150,13	49.165,25
Fundamental	334.288	7.234,37	278.253,38
Médio	101.259	1.897,43	80.748,81

Números de escolas por nível			
Variável	Manaus	Amazonas	Brasil
Pré-escolar	431	32,84	1.050,40
Fundamental	734	49,37	1.340,77
Médio	159	4,23	279,93

Fonte: IBGE (2016), organizado pelas autoras.

A maior concentração docentes, matrículas e escolas se deve ao período de nove (09) anos, enquanto que na Pré-escola e no Ensino Médio são três (03) anos.

O Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (Sadeam) foi criado em 2008, buscando aferir o desempenho educacional dos alunos da rede pública estadual de ensino. Em 2011, seguindo modelo adotado em outros estados brasileiros como: AC – SEAPE, AL- AREAL, AM-SADEAM, BA-SABE, CE-SPAECE, ES-PAEBES, GO-SAEGO, MG-SIMAVE, MS- SAEMS, PA –SISPAE, PB-AVALIANDO IDEPB, PE-SAEPE, PE-TRAVESSIA, PI-SAEPI, PR-SAEP, RJ-SAERJ, RS-SAERS, RO–SAERO, consolidou parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). (LIMA et al, 2016, s/p)

No mês de outubro de 2016 o Inep divulgou os dados do Ideb. O Amazonas e o município de Manaus se destacaram no Ensino Médio, entre as redes estaduais, saindo da nota 3,0 em 2013 para 3,5 em 2015. Manaus ficou na 11ª posição no ranking geral das capitais brasileiras no Ideb, registrando o maior crescimento percentual em todo o País.

Algumas ações que contribuíram para o melhor desempenho da Educação, segundo o então Secretário de Educação do estado do Amazonas foram o repasse de 28 mil tablets para professores das redes municipais de educação e a utilização de recursos

tecnológicos como ferramenta pedagógica, associando ao uso dos tablets conteúdos em que permitiu que os professores ministrassem diversos conteúdos como imagens em 3D e recursos audiovisuais diversos, associados à sua disciplina.

O Sadeam contribui para esta melhoria por meio da aplicação de avaliações, do repasse de materiais de reforço de Matemática e outras disciplinas; formação anual sobre Língua Portuguesa e Matemática para professores e disponibilização de simulados para alunos. As figuras 2 e 3 mostram os avanços do Ideb em Manaus:

Figura 2: Resultados e Metas do 5º ano

4ª série / 5º ano														
Município ↕	Ideb Observado						Metas Projetadas							
	2005 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕	2017 ↕	2019 ↕	2021 ↕
Manaus	3.7	4.0	4.5	4.9	5.2	5.8	3.8	4.1	4.5	4.8	5.1	5.4	5.6	5.9

Fonte: Inep, 2016.

Figura 3: Resultados e Metas do 9º ano

8ª série / 9º ano														
Município ↕	Ideb Observado						Metas Projetadas							
	2005 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕	2017 ↕	2019 ↕	2021 ↕
Manaus	2.8	3.2	3.2	3.6	3.7	4.4	2.8	2.9	3.2	3.6	4.0	4.2	4.5	4.8

Fonte: Inep, 2016.

De acordo com os números, Manaus atingiu todas as metas projetadas para o final do Ensino Fundamental I (5º ano) e II (9º ano). Questionando, porém, o significado de qualidade nessa política, talvez chegássemos a outras análises ao perguntar se o aumento das metas, que articula os princípios de redução dos gastos públicos com a implantação de medidas para acabar com a repetência e a evasão, chamadas de correção de fluxo, também é motivo de preocupação do Sadeam e da Seduc.

Perguntando de outro modo, as diretorias de ensino da Seduc utilizam os dados obtidos com o Sadeam com o objetivo de melhorar a qualidade da educação visando um direcionamento das ações pedagógicas nesse sentido? A que qualidade tem servido o Sadeam?

Cassassius (in COSTA, 2001) observa que os significados de qualidade variam de acordo com o que se busca. Então, ela pode se referir a elementos do mercado de trabalho, da cidadania ou ainda da integração social do ser humano. A esse respeito, observa-se:

Como qualidade não pode ser definida em si mesma, sendo, portanto, um conceito relativo, para que ela seja utilizada como parâmetro é necessário que se criem mecanismos que sirvam de referencial de qualidade. Na educação, o principal mecanismo usado como parâmetro

de qualidade é a avaliação, é, principalmente, com a constituição de sistemas de avaliação que as políticas governamentais pretendem melhorar a qualidade da educação (MACHADO, 2010, p. 17).

A avaliação como parâmetro de qualidade sem uma profunda reflexão de outras variáveis que implicam na melhoria da educação serve apenas aos pressupostos do mundo empresarial capitalista na educação pública. Sob essa estratégia fica fácil administrar os sistemas educacionais à lógica empresarial porque se reduz, na maioria das experiências, a prestação de contas e responsabilização do fracasso para os professores.

Trata-se de uma estrutura de poder simbólico, quase mágico, que dissimula a força que o movimenta de forma invisível, na articulação do exercício de cumplicidade “daqueles que não querem saber que a ele se submetem ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU e PASSERON, 1982, p. 31), impõe-se como legítimo por ser simbólico, cunhado, neste caso, ao caráter ideológico e ímpeto reformista dessas concepções e seus vínculos com as ideias privatizantes trazidas pela “ascensão neoliberal”, responsáveis pelas falsas analogias entre a educação e o mundo empresarial, que implica na valorização específica do professor, diretor e aluno, como sujeitos eficientes, devidamente punidos, quando seus resultados não apresentarem êxito diante das testagens e testes padronizados.

Vale ressaltar que a prática de avaliações externas, acompanhada da responsabilização, em âmbito nacional e internacional, foi iniciada no século XX, com interferência direta do Banco Mundial desde 1960, com a finalidade de proporcionar aos países em desenvolvimento a melhoria da educação básica, o que levou o Banco a acompanhar o rendimento dos alunos em avaliações externas (TORRES, 1996). Observando deste ponto, é possível perceber que tanto o Banco Mundial quanto o “Estados Unidos e a Inglaterra” (RAVITCH, 2011), influenciaram países como o Brasil a alterarem seu sistema educacional, adotando a medida de compensar professores por resultados com o decorrer dos anos.

Segundo Ravitch (2011), os testes têm estado presente na educação americana desde as primeiras décadas do século XX, quando eram usados pra decisões a respeito de promoção para a série seguinte, a graduação e admissões a universidades, classificar os estudantes de acordo com suas habilidades e conferir se haviam dominado o que lhes era ensinado. Ancorada a essa ideia, a de responsabilização agregava a aplicação de testes, divulgação pública de resultados e sanções, as recompensas para profissionais mediante acompanhamento das avaliações externas por meio de avaliações e da criação dos índices.

Considerações Finais

Em breve conclusão é possível afirmar que o Ideb faz parte de um conjunto de estratégias de redefinição das políticas educativas, iniciadas nos anos de 1980 na Europa e Estados Unidos e disseminado para vários países. Nesse contexto, a avaliação surge como mecanismo de contenção orçamentária restringindo aos Estados a necessidade e o direcionamento de políticas públicas.

Acredita-se que o epicentro das preocupações do Sadeam e da Seduc é *estar na média* e propalar as escolas de qualidade como aquelas que alcançam boas notas em Português e Matemática. Considera-se extremamente importante os sistemas de avaliação para a busca da melhoria da qualidade da educação pública para todos os alunos e que, para realizar esse objetivo, deve construir instrumentos avaliativos que permitam analisar as características e os valores culturais da comunidade escolar, a organização dos trabalhos pedagógicos nas escolas e os investimentos financeiros destinados à educação.

Referências

AMAZONAS, **Plano Estadual de Educação do Amazonas**. Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC/AM), Manaus, 2015.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.C. **A reprodução - elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 2 ed. Trad. BAIRÃO, Reynaldo. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BRASIL. INEP. **Portal Ideb**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

CASSASIUS, J. Modernidade educativa e modernização educacional. In: **Cadernos de Pesquisa**, Fundação Carlos Chagas, SP: Cortez, n. 87, nov. 1993.

CASTRO, M.H.G. Sistemas de avaliação da educação no Brasil: avanços e novos desafios. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Fundação Seade, v.23, n.1, p. 5-18, jan. /jun. 2009. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>; <www.scielo.br>. Acesso em: 20 ago. 2016.

COSTA ALMEIDA, L.; DALBEN, A.; DE FREITAS, L. C. O IDEB: limites e ilusões de uma política educacional. **Educação & Sociedade** 2013, 34 (outubro-dezembro): Acesso em 22 de agosto de 2016. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87330049008>> ISSN 0101-7330.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 24 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

FREITAS, L.C. **Políticas de responsabilização: entre a falta de evidência e a ética**. Caderno de Pesquisa, v.43, n.148, 2013.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5 ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização**. Cortez: São Paulo, 2012, 10 ed. 543 p.

LIMA, V. T. A. **Política educacional em Manaus: iniciativas para melhorias do Ideb**. In: Anais Conedu, Natal, RN, 2016.

LUZZI, D. **Educação e Meio Ambiente: uma relação intrínseca**. Coord. PHILIPPE JUNIOR, A. Barueri, SP: Manole, 2012. Série Sustentabilidade.

MACHADO, C. **Avaliar as escolas estaduais de São Paulo para quê?** Uma análise do uso dos resultados do Saresp 2000. Curitiba: CRV, 2010.

MARQUES, R. BNCC, Geografia e docentes da Geografia. Disponível em: <<http://agb-rio.webnode.com.br/news/bncc-geografia-e-docentes-de-geografia/>> Acesso em: 10 ago. 2016.

MINAYO, M. C. **O Desafio do Conhecimento:** pesquisa Qualitativa em Saúde. 3 ed., Hucitec-Abrasco, SP-RJ, 1994.

RAVICH, D. **Vida e morte do grande sistema escolar americano:** como os testes padronizados e os modelos de mercado ameaçam a educação. Tradução: Marcelo Duarte. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil:** História e Teoria. Campinas: Autores Associados, 2008. 259 p.

SOARES, J. F. IDEB na Lei? Simon's site, 13 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/sitesimon/?p=2352&lang=pt-br>>. Acesso em: jun. 2013.

SOUZA, S. B. **A trajetória do IDESP e a responsabilização dos docentes:** análise do bônus por resultado. Campinas: Faculdade de Educação, 2014.

VIDAL, E. M.; VIEIRA, S. L. Gestão educacional e resultados no Ideb : um estudo de caso em dez municípios cearenses . **Estudos em Avaliação Educacional**. São Paulo, v.22, n.50, p. 419-434, set./dez. 2011.

WEBER, M. **Ciência e política:** duas vocações. São Paulo: Martin Claret, 2002.